

OS RELATÓRIOS DOS INSPETORES GERAIS DE ENSINO: CÉSAR PRIETO MARTINEZ E A REFORMA EDUCACIONAL NO PARANÁ (1920-1924)

Laura Giovanna Urio ¹
Maria Cristina Gomes Machado ²
Italo Ariel Zanelato ³

RESUMO: Esta pesquisa elege como objeto a atuação do inspetor Geral de Ensino do Paraná, César Prieto Martinez, no período de 1920 a 1924. Durante a Primeira República, o estado do Paraná encontrava-se marcado por um projeto nacional de modernização, no qual a educação, influenciada por ideais positivistas e liberais, era concebida como instrumento ideológico para impulsionar a industrialização, de modo a consolidar o modo de produção capitalista. A pesquisa insere-se no campo da História da Educação, alinhada ao estudo dos intelectuais do ensino. O objetivo geral do trabalho consiste em analisar como a gestão de Prieto Martinez articulou as demandas de reforma escolar com as necessidades do desenvolvimento capitalista. O método e a metodologia orientam-se pelo materialismo histórico e dialético, o que possibilita uma análise crítica da educação como fenômeno histórico e social, marcado por contradições estruturais. Os resultados demonstram que Martinez buscou aplicar ao sistema escolar uma lógica racionalizadora do trabalho industrial, com foco na eficiência e na padronização. Conclui-se que a atuação de Martinez, embora sustentada por um discurso de progresso, implementou um projeto educacional hegemônico, que preparava o cidadão, potencial eleitor e trabalhador, para atender aos interesses da classe dominante e às demandas do capital.

Palavras-chave: História da Educação. Relatórios Educacionais. Inspectores de ensino. Paraná.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dá continuidade à pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que investigou os relatórios dos

¹ Graduanda de Pedagogia, UEM ra123678@uem.br.

² Doutora em História e Filosofia da Educação pela Unicamp. Professora Titular no Departamento de Fundamentos de Educação (DFE) e Pesquisadora Produtividade do CNPq. E-mail: mcgmachado@uem.br.

³ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor no Departamento de Fundamentos de Educação (DFE), na mesma universidade.

inspetores gerais do ensino do Paraná no período de 1920 a 1924. O interesse pelo tema surgiu da participação no projeto da Professora Dra. Maria Cristina Gomes Machado intitulado “A ação intelectual dos secretários d’Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública no Paraná (1920-1934)” e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE). Durante a iniciação científica, analisamos como esses inspetores fiscalizavam o sistema educacional, e ainda atuavam ativamente no processo de modernização escolar, alinhando a educação às demandas de desenvolvimento econômico e social do período.

O período estudado contextualiza-se na Primeira República brasileira (1889–1930), momento em que o estado do Paraná se encontrava inserido em um amplo projeto nacional de modernização. Baseada em ideais positivistas e liberais, a educação era concebida como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e social, operacionalizada como mecanismo instrucional público voltado ao impulso da industrialização e da urbanização da nação. Nesse contexto, na busca pela modernidade, os inspetores atuavam como intermediários entre as diretrizes governamentais e a realidade escolar, sendo responsáveis por supervisionar a formação docente, implementar políticas e elaborar relatórios (Silva; Machado; Schelbauer, 2024).

A atuação do Inspetor Geral de Ensino César Prieto Martinez revela o projeto de reestruturação educacional voltado à adaptação da força de trabalho às exigências do modo de produção capitalista. Martinez, enquanto intelectual e agente hegemônico, buscou atuar como mediador cultural, tentando gerar consenso em torno de um projeto educacional que servia às novas relações de capital. Sua administração notabilizou-se pela tentativa de aplicar uma lógica racionalizadora do trabalho industrial ao sistema escolar, buscando a máxima eficiência com o mínimo de custo, em um contexto marcado por restrições orçamentárias e desigualdade social (Silva; Machado; Schelbauer, 2024).

Desse modo, formula-se o seguinte problema de pesquisa: como a atuação dos inspetores gerais de ensino, sobretudo a de César Prieto Martinez durante sua gestão, contribuiu para a implementação de um projeto educacional hegemônico no Paraná, ao

articular as demandas de reforma escolar às necessidades do desenvolvimento capitalista e às diretrizes governamentais da época?

Para responder a essa questão, o objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar, por meio dos relatórios dos inspetores gerais, com ênfase na atuação de César Prieto Martinez, como a educação pública no Paraná foi tratada e estruturada no período de 1920 a 1924. A pesquisa utilizou dos instrumentos de pesquisa bibliográfico e documental e fundamenta-se no materialismo histórico e dialético, o que permite compreender a educação como um fenômeno marcado por contradições sociais.

Os relatórios analisados evidenciam que os inspetores, durante a gestão de Martinez, difundiam um modelo de ensino que articulou nacionalização, higienismo e preparação para o trabalho, sob a justificativa de combater o analfabetismo e a ineficiência (Machado; Zanelato; Bistaffa; Aro, 2024). Segundo Palhano (2024), Martinez atuou no sentido de modernizar o ensino, incorporando novas técnicas pedagógicas e racionalizando custos, sempre em consonância com os interesses da classe dominante.

Os Relatórios do Inspetor Geral de Ensino, elaborados por César Prieto Martinez, encontram-se organizados em seções que descrevem suas medidas e concepções. Em uma leitura geral dos documentos, Martinez discorre sobre a importância das inspeções, o funcionamento do trabalho inspetivo, as transformações da Escola Normal e as palestras pedagógicas, a implementação de métodos e programas escolares, além da apresentação de dados estatísticos sobre as instituições de ensino.

Os documentos foram selecionados nas seguintes bases de dados do estado: Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná, Departamento Estadual de Arquivo Público, Biblioteca do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Ciclo de Estudos Bandeirantes em Curitiba, Museu Paranaense em Curitiba e Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá. Os relatórios foram digitalizados e disponibilizados no arquivo pessoal da pesquisadora Maria Cristina Gomes Machado os quais são fontes de análises do grupo de estudos GEPHEINSE, mantendo a formatação original dos documentos.

Para a análise crítica dos relatórios, foram utilizadas fontes secundárias, como a tese de Silva, Machado e Schelbauer, que incorpora a perspectiva da imprensa, especialmente do jornal *Gazeta do Povo*, o qual se afirmava representante da população. O artigo de Machado, Zanelato, Bistaffa e Aro (2024), por meio da contextualização histórica, discorre sobre os objetivos da instrução pública. Dessa forma, as fontes bibliográficas complementam e contextualizam as discussões e críticas elaboradas sobre o ensino nesse período.

Essas fontes documentais constituem vestígios de ações humanas (Barros, 2019, p. 15), fundamentais para a compreensão das dinâmicas educacionais em seu contexto histórico. Espera-se que este estudo contribua para a historiografia da educação no Paraná e para o preenchimento de lacunas na pesquisa acadêmica sobre o tema.

1.1 Referencial Teórico

O referencial teórico adotado na pesquisa é o materialismo histórico-dialético. Essa concepção teórica, em conjunto com suas categorias, orientou a interpretação e a análise dos materiais documentais e bibliográficos. De acordo com Martins e Lavoura (2018), o conhecimento científico constrói-se por meio da interação social e cultural dos seres humanos e avança à medida que a sociedade se desenvolve e se complexifica. O conhecimento constitui, portanto, o resultado do trabalho humano em contextos históricos específicos.

Partindo da premissa de que a educação é um fenômeno histórico, torna-se fundamental investigar sua complexidade e suas transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, a atividade científica emerge como instrumento para a compreensão dos processos educacionais. Ao considerar a natureza dessa atividade, reconhece-se sua dimensão teórica, que implica a construção ideal dos objetos e fenômenos da realidade em sua dinâmica concreta (Marx; Engels, 2007).

Essa perspectiva teórica possibilita uma abordagem crítica para a compreensão dos processos educativos no Paraná da década de 1920. Tal visão permitiu analisar a educação como um fenômeno social e histórico, marcado por contradições estruturais. Assim, os relatórios de inspeção foram interpretados não apenas como registros

administrativos, mas como documentos que revelam disputas ideológicas, projetos políticos e estratégias de legitimação do poder no período oligárquico.

Nessa perspectiva, o materialismo histórico-dialético constitui a orientação metodológica que norteou a condução da pesquisa. Esse referencial possibilitou ultrapassar o conteúdo imediato dos relatórios de inspeção, buscando suas determinações históricas e contradições. À luz dessa teoria, o estudo articulou-se à pesquisa bibliográfica e documental para viabilizar uma interpretação crítica.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo organiza-se em quatro partes. Na primeira, aborda-se o contexto histórico, político e econômico do Paraná entre 1900 e 1920. Esse recorte ultrapassa a temporalidade indicada no título, de 1920 a 1924, em razão da necessidade de compreender as transformações como resultado de um processo histórico. Na segunda parte, apresenta-se a trajetória de César Prieto Martinez e sua contratação no Paraná. Na terceira, analisa-se sua atuação como Inspetor Geral de Ensino. Na quarta parte, discutem-se as críticas da imprensa às reformas educacionais.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO DO PARANÁ NOS ANOS DE 1900-1920

Durante a Primeira República brasileira (1889–1930), o Brasil passou por transformações significativas nos âmbitos político, econômico e educacional. Segundo Machado, Zanelato, Bistaffa e Aro (2024), essas mudanças institucionais buscavam o fortalecimento dos mercados e a consolidação de uma identidade nacional que sustentasse um projeto de desenvolvimento pautado nos ideais de nação e na redefinição de direitos e poderes.

Inspirados em modelos de países europeus e da América do Norte, compreendidos como “civilizados”, muitos intelectuais e educadores passaram a integrar debates mais amplos sobre o chamado “atraso brasileiro”. Nesse contexto, o país vivenciava o que Abreu (2008) denomina de “momento decisivo”, marcado pela busca por modernização e progresso.

Segundo Machado (2015), para que um país fosse considerado civilizado e moderno, tornava-se fundamental que seus cidadãos se apropriassem de

conhecimentos básicos, como saber ler, escrever e contar. Nas últimas décadas do século XIX, a escolarização de todas as classes sociais ganhou centralidade como projeto de padronização e unificação nacional, difundido internacionalmente. Embora a escola fosse apresentada como espaço de oportunidade para a equiparação social, também atuava no sentido de mitigar conflitos e individualizar o sucesso dos sujeitos.

Na década de 1920, a República Oligárquica consolidou-se como o governo de uma minoria representada pelas oligarquias agrárias. O poder encontrava-se concentrado nas mãos desse grupo da elite, que detinha controle sobre a economia, a política estadual e, conseqüentemente, sobre a educação.

Segundo Palhano e Nascimento (2024), em diversos discursos oficiais, a educação era citada como meio para solucionar problemas do país. Porém, o foco das oligarquias regionais estava em garantir bons cargos no Estado, fazendo com que a idealização de criar mais escolas ocorresse de maneira mais lenta.

Nesse cenário, o Paraná apresentava um perfil predominantemente rural. O desenvolvimento econômico concentrava-se em diferentes setores da agricultura, acompanhado pela expansão gradual de centros urbanos e pela ocupação de novas áreas. A sociedade paranaense era composta por camponeses, incluindo imigrantes e populações nativas, além de latifundiários e pequenos industriais (Machado; Zanelato; Bistaffa; Aro, 2024). A estrutura educacional refletia essas disputas sociais, com escolas concentradas nos centros urbanos, enquanto a população rural enfrentava severas limitações de acesso à escolarização.

Desse modo, o desenvolvimento econômico do estado foi impulsionado por políticas de incentivo à imigração, com o objetivo de ampliar a população paranaense. Para Machado, Zanelato, Bistaffa e Aro (2024), esse processo resultou na formação de um mosaico étnico e cultural heterogêneo, além de constituir uma resposta à escassez de mão de obra após a abolição da escravidão em 1888. A imigração favoreceu o aumento de investimentos, a expansão da área agrícola e a diversificação da economia, reduzindo a dependência da extração de erva-mate e madeira.

No contexto escolar, o resultado das políticas de imigração podem ser vistas na composição dos primeiros grupos escolares do Paraná na década de 1920. De acordo com Palhano e Nascimento (2024), haviam diversos filhos de imigrantes,

majoritariamente de origem europeia, o perfil socioeconômico desses alunos, em sua maioria, eram filhos de fazendeiros, proprietários de pequenas indústrias e profissionais liberais. Essa composição exerceu uma influência direta na inauguração das escolas, definindo o espaço de trabalho do professor dentro de um sistema de educação e trabalho orientado para a produtividade (Nascimento, 2004).

Dessa forma, a população que demandava a expansão da rede escolar viu-se diante da necessidade de aceitar o novo modelo de instrução implementado (Palhano; Nascimento, 2024). Essa aceitação era vista como o caminho para garantir “[...] o acesso aos bens produzidos por essas novas relações,[...] o problema da alfabetização tornou-se mais crucial, à medida que cresciam os centros urbanos, em decorrência da incipiente industrialização e consequente proletarização” (Subtil, 2024, p. 3).

O interesse governamental na ampliação da mão de obra para o desenvolvimento econômico e social pode ser identificado nos relatos de Martinez. Em um relatório de inspeção publicado em 1923, o inspetor afirma:

Constantemente os Governos mandam vir gentes de países distantes para se transplantarem em nossas terras. [...] Si deixam o lar distante para demandar novos horizontes, onde a língua, os costumes e a própria natureza diferem, é porque se lhes oferece um estímulo. Paga-se-lhes a passagem, dá-se-lhes de comer em quanto não se estabelecem definitivamente. Offerecem-lhes terras por pouco dinheiro, a prestações insignificantes; casa para morada, ferramentas para o trabalho,- tudo quanto em summa possa servir para garantir-lhe o pão de hoje e o futuro de amanhã⁴ (Paraná, 1923, p. 22).

Martinez (1923) prossegue ao afirmar a garantia de medidas de proteção e de acesso à escola pública aos imigrantes, com destaque para o ensino da língua portuguesa. A permanência e a instrução desses sujeitos relacionavam-se à expansão de setores produtivos baseados no café, na erva-mate e na exploração da madeira, os quais demandavam mão de obra nos campos e nas indústrias, bem como a preparação para novas técnicas de produção (Machado; Zanelato; Bistaffa; Aro, 2024). Esse projeto acompanhava o processo de modernização do estado, que incluía a construção de estradas de ferro, pontes, portos e sistemas de iluminação pública.

⁴ Para conservar a originalidade, será mantida a grafia original dos documentos nas citações.

Apesar do discurso de modernização, as produções agrárias mantinham-se estruturadas na exploração extrativista e nos latifúndios, o que marginalizava parcelas significativas da população e moldava a organização social paranaense (Machado; Zanelato; Bistaffa; Aro, 2024). Esse processo de acumulação de capital, conforme Marx (2013), produz a superpopulação relativa:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista (Marx, 2013, p. 858).

Dessa forma, a marginalização não constitui uma falha do sistema, mas um elemento funcional à expansão do capital, que preserva condições de trabalho precarizadas. Em meio às idealizações liberais que defendiam a liberdade individual, a realidade evidenciava profundas contradições. Segundo Machado; Zanelato; Bistaffa; Aro (2024), enquanto o Estado investia em políticas educacionais voltadas à formação do cidadão paranaense, a população camponesa e pobre enfrentava tensões culturais e conflitos de poder, uma vez que o acesso efetivo à escolarização permanecia limitado, sobretudo em razão do reduzido número de escolas mantidas pelo estado.

À margem da sociedade, encontravam-se também os povos originários. Em um de seus relatórios, Martinez (1923) aborda o “esquecimento” das populações indígenas, estabelecendo um contraste entre o caboclo, associado à miséria e à doença, e o imigrante, apresentado como símbolo de progresso com apoio governamental. Para o inspetor, o indígena aparecia como “desamparado em sua própria terra” e necessitado de uma escola que o “catechisasse para o sol de nossa civilização” (Paraná, 1923, p. 23). Tal concepção alinhava-se ao discurso higienista⁵ da época, que estigmatizava esses grupos como entraves ao progresso nacional (Machado; Silva; Schelbauer, 2024; Carvalho, 1989).

Nesse contexto de construção de um projeto de nação moderna, a instrução pública adquiriu centralidade. No período posterior à Primeira Guerra Mundial

⁵ O higienismo foi um movimento impulsionado pela classe médica, intelectuais e políticos entre os séculos XIX e XX, não era apenas um conjunto de regras de asseio, mas uma ideologia política e social. Centrava-se na defesa de padrões sociais e comportamentais, em nome da saúde. Moldando a educação e as instituições com o fim de construir uma sociedade “moderna” e “civilizada”, conforme os interesses das elites dirigentes (Caraçato, 2025).

(1914–1918), marcado por alterações na economia e nas relações internacionais e pelo acirramento da disputa por mercados (Machado, 2015), o Paraná buscou fortalecer um sentimento nacional e uma identidade regional. Os debates educacionais passaram a compreender a instrução pública como meio de formação de trabalhadores letrados e patriotas, capazes de exercer a cidadania, inclusive por meio do voto, e de atender às demandas de um estado em processo de modernização. A cultura também assumiu papel estratégico, utilizada para padronizar sentimentos regionais e difundir valores considerados adequados ao projeto político vigente.

À luz desse contexto histórico, político e econômico, torna-se possível compreender as condições que favoreceram a reorganização da instrução pública no Paraná nas primeiras décadas do século XX. As demandas por modernização, a consolidação do poder oligárquico e a centralidade atribuída à educação como instrumento de progresso e controle social criaram o cenário propício para a atuação de agentes responsáveis por operacionalizar as reformas educacionais. Nesse sentido, a próxima seção dedica-se à análise da trajetória de César Prieto Martinez e de sua nomeação para a Inspeção Geral de Ensino no Paraná, destacando os elementos que explicam sua inserção nesse projeto de reorganização do aparelho escolar.

3. PRIETO MARTINEZ NA INSPETORIA GERAL NO PARANÁ

Para atuar como Inspetor Geral de Ensino no Paraná, no período de 1920 a 1924, César Prieto Martinez foi nomeado pelo então Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, após a criação da Inspeção Geral de Ensino pelo Decreto n.º 1.999, de 9 de abril de 1920. Sua indicação partiu do governo de São Paulo, que o cedeu a pedido do Paraná, por intermédio de Lysimaco Ferreira da Costa⁶ e João Lourenço

⁶ Lysimaco Ferreira da Costa foi um intelectual e educador relevante no debate nacional sobre a instrução, mais especificamente no Paraná. Ele defendia o papel da escola como a instituição responsável por formar os futuros cidadãos do país. Sua carreira começou no curso de Engenharia, sendo diplomado como Engenheiro Geógrafo, Arquiteto e Civil. Sua atuação estendeu-se para o ensino de Agronomia e, por sua experiência, auxiliou na fundação do Ensino Profissional Agrícola. Em 1918, a Escola Agrônoma do Paraná foi inaugurada no edifício do Ginásio Paranaense, tendo Lysimaco nomeado como diretor. Dois anos depois, em 1920, Costa assumiu a direção do Ginásio Paranaense, da Escola Normal e a cadeira de Pedagogia. Em 1922, participou de eventos importantes da época, como o IV Congresso Brasileiro de Ensino Secundário e Superior, representando o Paraná, participando das Comissões de Ensino de Engenharia (4ª) e Ensino Secundário (5ª). Por fim, foi nomeado Diretor da Instrução Pública Paranaense, em 1925 (Abreu, 2008).

Rodrigues⁷. Martinez era apresentado como um “[...] técnico de reconhecida nomeada para a direção e reconstrução do nosso ensino público” (A República, 1920, p.1) e com experiência no magistério paulista (Farias, 2021).

César Prieto Martinez (1881–1934), nascido na Espanha, formou-se na Escola Normal de São Paulo em 1900. Após sua formação, exerceu o cargo de professor primário no Grupo Escolar Pádua Salles, em Jaú, até 1907. Nesse período, desempenhou funções junto à Diretoria Geral de Ensino de São Paulo, integrando comissões examinadoras de escolas do município.

Em 1908, atuou como adjunto complementarista no Grupo Escolar de Itapira. No ano seguinte, assumiu a direção do Grupo Escolar Villa Bella. Em 1911, passou a dirigir o Grupo Escolar Barão de Monte Santo, na capital paulista. Em 1915, foi nomeado diretor da Escola Normal de Pirassununga, função que exerceu até sua transferência para o Paraná, em 1920. Entre suas principais metas destacava-se a ampliação do número de alfabetizados (Farias, 2021).

Com o propósito de modernizar o ensino, Martinez defendia que a escola deveria acompanhar as transformações sociais, com vistas à redução do tempo de aprendizagem e à contenção de gastos excessivos. Silva (2019) argumenta que, por meio de sua reforma educacional, Martinez apropriou-se da lógica racionalizadora do trabalho industrial, com o objetivo de maximizar o desempenho das instituições escolares com o mínimo de custos. Nesse cenário, sua gestão concentrou-se na dimensão administrativa, buscando regularizar o funcionamento do aparelho escolar.

Entre as principais reformas administrativas e medidas de fiscalização propostas por Martinez destacaram-se a orientação das escolas, a implantação da inspeção médico-escolar, a criação de um serviço de recenseamento escolar, a uniformização de

⁷ “Paulista, nascido em 1869, João Lourenço formou-se na Escola Normal de São Paulo, em 1892, e frequentou o curso complementar em 1904, acompanhado por sua esposa, normalista como ele, ambos, professores do Grupo Escolar de Amparo, à época. Na função de professor, João Lourenço foi nomeado em Amparo, São Carlos, Campinas e, na Escola Normal da Capital, lecionou de 1912 a 1920. No cargo de diretor, assumiu a primeira escola de dois anos em 1901 e, em 1903, tornou-se diretor da Escola Complementar de Guaratinguetá. É importante ressaltar que João Lourenço tornou-se o primeiro normalista a ocupar o alto cargo de Inspetor Geral da Instrução pública, no período de 1907 a 1909; sendo substituído por outro normalista, Oscar Thompson, que permaneceu de 1909 a 1911. Inicia-se, então, um período em que os cargos da hierarquia educacional seriam ocupados por normalistas, nomes que ganhavam evidência por terem sido formados no reconhecido sistema modelar de ensino paulista e por estimularem a construção de uma memória específica deste modelo.” (Legris, 2015, n. p.).

horários e de livros didáticos, a organização dos processos de licenças e remoções de professores, o estabelecimento das Caixas Escolares e a implementação de programas de música, educação física, escotismo e festas escolares.

A centralização e a padronização do sistema educacional fizeram com que a inspeção acompanhasse de forma sistemática os dados estatísticos, evidenciando a necessidade de ampliação e reorganização das escolas nos núcleos urbanos (Machado; Silva; Schelbauer, 2024). Segundo esses autores, tais modificações visavam assegurar maior eficiência ao aparelho escolar, com o objetivo de ampliar o número de alunos e, conseqüentemente, de indivíduos alfabetizados e aptos ao trabalho, conforme a perspectiva defendida por Martinez.

Nesse sentido, Martinez promovia conferências pedagógicas na capital e em outras cidades, organizando programas e horários de fácil execução, além de padronizar a adoção de livros didáticos. Essa padronização curricular, embora apresentada como avanço, pode ser compreendida como mecanismo de controle ideológico e pedagógico, que limitava a autonomia de professores e diretores em favor de um projeto educacional alinhado à construção de uma identidade nacional.

As conferências realizadas em Curitiba eram sediadas pelo órgão central dirigente, a Inspeção Geral de Ensino, localizada na capital do estado. Com base nos dados apresentados nos relatórios de inspeção geral, Martinez destacava os resultados positivos da Escola Normal, considerada referência para as demais instituições. Em seu relatório de 1921, o inspetor menciona o papel de Lysimaco Ferreira da Costa, então diretor da Escola Normal, a quem descreve como “illustre e dedicado director”, “espírito inteligente e infatigavel para levar avante qualquer empreza, mormente em se tratando da educação da infancia e da mocidade” (Paraná, 1921, p. 16 e 17).

Por meio da escola pública paranaense, Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa atuaram na formação do cidadão republicano (Moreno, 2003), participando ativamente das políticas educacionais do estado. Segundo Miguel (2011), as reformas implementadas por Martinez evidenciaram a influência do movimento da Escola Nova no Paraná, que, conforme Machado, Silva e Schelbauer (2024), buscou promover mudanças na formação docente e na uniformização do aparelho escolar.

Dessa forma, César Prieto Martinez foi responsável pela reforma administrativa da instrução pública no Paraná entre 1920 e 1925, durante o primeiro mandato de Caetano Munhoz da Rocha (1920–1924). Em 14 de fevereiro de 1925, solicitou seu desligamento no início do segundo mandato do Presidente do Estado, conforme registrou Farias (2021).

A análise da trajetória e da atuação administrativa de César Prieto Martinez na Inspeção Geral de Ensino permite compreender as bases institucionais e políticas que sustentaram as reformas educacionais no Paraná entre 1920 e 1924. Contudo, para além da dimensão biográfica e administrativa, torna-se necessário examinar como essas diretrizes se materializaram nas práticas educacionais e nos discursos produzidos pelos próprios órgãos de inspeção. Nesse sentido, a próxima seção dedica-se à análise dos relatórios dos inspetores gerais de ensino, com o objetivo de compreender de que modo a educação pública foi organizada, normatizada e orientada durante a gestão de Prieto Martinez.

4. A EDUCAÇÃO DURANTE A INSPEÇÃO GERAL DE PRIETO MARTINEZ NOS RELATÓRIOS DOS INSPETORES GERAIS DE ENSINO (1920-1924)

Com o objetivo de estruturar uma instrução pública que atendesse à população, foram implementadas reformas no aparelho escolar sob o discurso de progresso e modernização. Essas mudanças, materializadas durante a atuação de César Prieto Martinez, resultaram da incorporação de correntes de pensamento associadas a novas concepções educacionais no Brasil. Tais concepções evidenciam os objetivos da instrução pública e os tipos de cidadãos que se pretendia formar no contexto de consolidação do modo de produção capitalista e do Estado republicano.

À luz do positivismo⁸, os debates acerca da função e da reorganização do ensino na República brasileira fundamentaram-se nos pilares do progresso, da democracia e

⁸ As ideias positivistas podem ser notadas nos discursos de Martinez, presente nos relatórios de inspeção e nos textos publicados pela revista *"O ensino"*, destinada aos professores e redigida por Martinez. Nestes materiais, a temática da nacionalização era frequentemente abordada, associando termos como "amor", "pátria" e "lei" ao acatamento das decisões dos dirigentes, com o objetivo de forjar um sentimento nacional baseado na adoração e no respeito a esses princípios, o que evidenciava o positivismo como a corrente filosófica para o trabalho instrucional (Machado, Silva, Schelbauer, 2024).

do pensamento liberal. Nessa perspectiva, a transmissão do saber orientava-se pela formação de sujeitos aptos a cumprir seu papel na construção do progresso nacional, promovendo sentimentos de patriotismo, harmonia social e respeito às hierarquias estabelecidas (Silva, 2008).

A concepção positivista da educação manifesta-se nos relatórios de inspeção de Martinez quando afirma ser “o ideal das democracias levar a instrução a todas as camadas sociais” (Paraná, 1920, p. 3). As camadas sociais mencionadas incluíam os filhos dos trabalhadores, conforme analisam Machado, Zanelato, Bistaffa e Aro (2024), para quem a criança passou a ocupar lugar central nos debates educacionais por representar o futuro eleitor, patriota e cidadão consciente de seus deveres republicanos. Esse sujeito deveria levar adiante o projeto nacionalista por meio de comportamentos específicos e habilidades voltadas ao preparo para o trabalho e ao domínio de novas técnicas de produção.

Nesse sentido, a educação destinada às populações marginalizadas assumia papel estratégico na formação de mão de obra produtiva e de eleitores obedientes, sobretudo porque, durante a Primeira República, apenas homens alfabetizados possuíam direito ao voto, conforme estabelecido na Constituição de 1891 (Jairo, 2012).

O objetivo da educação nesse período pode ser observado em trecho do relatório de inspeção de Prieto Martinez, publicado em 1920, no qual o conhecimento capaz de promover transformações sociais mais amplas é reduzido à função produtiva associada ao progresso nacional:

A criança passa a ser foco dos debates por ser o potencial eleitor, patriota e consciente de seus deveres enquanto cidadão republicano, o qual levaria adiante o projeto nacionalista por meio de comportamentos específicos e habilidades servis, próprias de uma mentalidade conservadora a ser desenvolvida, visando o preparo para o trabalho – o manuseio de novos equipamentos e técnicas modernas de produção (Machado, Zanelato, Bistaffa e Aro, 2024, p. 23).

Nesse trecho, os autores defendem a ampliação das instituições escolares de nível primário mantidas pelo erário público, sustentando a gratuidade do ensino como condição para o desenvolvimento econômico. Conforme analisa Cury (1986), o discurso nacionalista que defendia a união social funcionava como mecanismo de legitimação

dos interesses das classes dominantes, ao ocultar as contradições da luta de classes e apresentar tais interesses como universais.

Desse modo, a educação no Brasil passou a ser compreendida como pilar fundamental do projeto nacional de industrialização e urbanização. A instrução pública assumiu a função de preparar o indivíduo para o trabalho e, conseqüentemente, para o progresso da nação (Machado; Zanelato; Bistaffa; Aro, 2024).

Para assegurar a manutenção e a reforma da educação, os inspetores gerais de ensino atuavam como intermediários entre as diretrizes governamentais e a realidade escolar, exercendo funções de supervisão da formação docente, implementação de políticas e elaboração de relatórios detalhados (Machado; Silva; Schelbauer, 2024).

No Paraná, o Inspetor Geral de Ensino percorria o maior número possível de escolas em áreas urbanas e rurais, registrando suas observações em relatórios anuais. Esses documentos apresentavam análises gerais do sistema de ensino e explicitavam as ideologias que orientavam as ações da inspetoria. Os subinspetores, por sua vez, atuavam de forma mais constante nas escolas, produzindo relatórios semestrais que complementavam a inspeção geral.

Durante grande parte do ano letivo, o inspetor acompanhava a implementação dos programas educacionais vigentes. Suas atribuições ultrapassavam o registro descritivo, abrangendo a execução de reformas administrativas e pedagógicas que envolviam desde a distribuição de recursos financeiros até aspectos técnicos do ensino. Havia preocupação constante com a adoção de um sistema organizado e uniforme em todo o estado.

Com o objetivo de padronizar o aparelho escolar, sob a justificativa de modernização, a inspetoria promoveu a distribuição de novos livros didáticos, conforme descrito por Martinez (1920) em seu relatório:

[...] Feitos para intelligencia e para o coração da creança. Actualmente, a Inspectoria distribue os seguintes: "Cartilha Analytico-Synthetica" de M. Oliveira, para os grupos da capital; "Ensino Rápido", do mesmo auctor, para as escolas isoladas e grupos do interior; "Páginas Infantis", do mesmo autor, para complemento do aprendizado da leitura; "Nossa Pátria", do illustre historiador paranaense Rocha Pombo, para o 3º e 4º anno. Os outros livros adoptados são: "Corações de creanças", de Ritta de Macedo; 1º, 2º e 3º, de Kopke; "Nossa Terra", de Julia Lopes;

“Porque me ufano do meu paiz”, de Affonso Celso; e “Saudade”, de Thales de Andrade (Paraná, 1920, p. 13).

O autor expressa a necessidade de expansão das instituições escolares de nível primário mantidas pelo erário público, assim defende a gratuidade do ensino.

De acordo com Cury (1986), o discurso nacionalista, que pretendia a união social, na verdade servia para legitimar os interesses das classes dominantes, mascarando a realidade da luta de classes ao apresentá-los como se fossem os objetivos de toda a sociedade.

Isto posto, a educação no Brasil era vista como um pilar para sustentar o projeto nacional de industrialização e urbanização em curso. Sendo vista como um instrumento de preparo do indivíduo para o trabalho e, por conseguinte, para o progresso da nação. (Machado, Zanelato, Bistaffa e Aro, 2024).

A fim de realizar a manutenção e a reforma da educação, os inspetores gerais de ensino atuavam como intermediários entre as diretrizes governamentais e a realidade escolar, responsáveis por supervisionar a formação docente, implementar políticas e elaborar relatórios detalhados (Machado, Silva, Schelbauer, 2024).

No Paraná, o inspetor geral percorria o maior número possível de escolas em áreas urbanas e rurais, registrando suas observações em relatórios anuais. Esses documentos ofereciam uma análise geral do sistema de ensino e explicitavam as ideologias que orientavam suas ações. Já os subinspetores atuavam frequentemente nas escolas, produzindo relatórios semestrais que complementavam a inspeção geral.

Durante nove meses do ano, o inspetor monitorava a implementação do programa educacional vigente. A abrangência de seu trabalho ia além da análise e do relato, englobando a implementação de reformas administrativas e pedagógicas, que variavam desde a distribuição de recursos financeiros até aspectos técnicos do ensino. Manifestava preocupação com a adoção de um sistema organizado que fosse adotado no estado inteiro.

Para uniformizar o aparelho escolar, sob a justificativa de modernizar, a inspetoria distribuiu novos livros didáticos, como descreve Martinez (1920) em seu relatório:

[...] Feitos para intelligencia e para o coração da creança. Actualmente, a Inspectoria distribue os seguintes: “Cartilha Analytico-Synthetica” de M. Oliveira, para os grupos da capital; “Ensino Rápido”, do mesmo auctor, para as escolas isoladas e grupos do interior; “Páginas Infantis”, do mesmo autor, para complemento do aprendizado da leitura; “Nossa Pátria” do illustre historiador paranaense Rocha Pombo, para o 3º e 4º anno. Os outros livros adoptados são os seguintes: “Corações de creanças” de Ritta de Macedo; 1º 2º e 3º de Kopke; “Nossa Terra” de Julia Lopes; “Porque me ufano do meu paiz” de Affonso Celso e “Saudade” de Thales de Andrade (Paraná, 1920, p.13).

Além da distribuição dos livros, buscou-se reorganizar os alunos conforme idade e níveis de leitura e escrita. Essas mudanças estabeleceram normas rígidas com o intuito de uniformizar o funcionamento das escolas paranaenses. O método de ensino sofreu alterações, uma vez que o objetivo central da gestão de Prieto Martinez consistia na ampliação do número de alfabetizados.

O próprio inspetor descreveu o modelo anterior como composto por aulas “pesadas e monotonas, sem cunho educativo, vazias de interesse, dadas ao acaso, sem programma e sem horario” (Paraná, 1921, p. 4), caracterizando-o como empírico e limitado à transmissão de conteúdos, sem preocupação com os processos de ensino.

A partir dessa crítica, a implementação de novos métodos exigiu alterações na concepção de aluno e de professor. Sob influência do movimento escolanovista, o ensino dos conhecimentos científicos ganhou centralidade no projeto de modernização do aparelho escolar (Palhano, 2024). Martinez (Paraná, 1921) menciona seus estudos sobre a “Sciencia da Educação”, que passou a considerar o desenvolvimento psíquico do aluno como elemento central do processo educativo.

Nessa perspectiva, a criança deveria ser estimulada a aprender de acordo com sua faixa etária, cabendo ao professor a mediação dos conteúdos. Para Martinez, “o professor não ensina, mas trabalha para que o alumno aprenda” (Paraná, 1921, p. 21), o que conferiu destaque ao método intuitivo⁹ e à necessidade de formação docente adequada. Apesar do reconhecimento do professor como mediador, sua atuação

⁹ O Método de Ensino Intuitivo é uma abordagem pedagógica que baseava-se na intuição, entendida como a capacidade de ver e de observar, e consistia em colocar os fatos e objetos para serem observados pelos alunos, promovendo a observação direta e a cultura dos sentidos. Era defendido para ser aplicado como um processo geral e um método comum em todas as disciplinas da instrução elementar (Silva e Machado, 2014)

permanecia subordinada à reprodução dos conteúdos prescritos nos livros didáticos, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas pela inspetoria.

Para viabilizar suas propostas, Martinez enfatizou o papel da Escola Normal como base de toda reforma racional da instrução pública primária, defendendo que esse instituto deveria receber atenção prioritária do poder público. Segundo o inspetor, a organização da Escola Normal determinava o êxito ou o fracasso de todo o aparelho escolar, uma vez que dela provinha o professor, considerado o elemento central do sistema educacional (Paraná, 1920).

A primeira medida prática de sua gestão consistiu na separação da Escola Normal do Ginásio. Professores que acumulavam funções passaram a receber gratificação mensal, justificando a separação pela diferença de objetivos e programas das instituições. Com o intuito de aprimorar a formação docente, os programas foram reformulados, especialmente na cadeira de Pedagogia. A reforma incluiu disciplinas como Antropologia Pedagógica, Psicologia Infantil aplicada à educação, Metodologia Geral e História da Pedagogia.

Além dessas medidas, foram criadas novas Escolas Normais em Paranaguá e Ponta Grossa, elaborou-se o regulamento da Escola Normal sob a coordenação de Lysimaco Ferreira da Costa, instituiu-se uma biblioteca pedagógica em Curitiba, concederam-se prêmios aos professores que atingiam as metas estabelecidas e promoveram-se palestras pedagógicas (Machado; Silva; Schelbauer, 2024).

Segundo Machado, Silva e Schelbauer (2024), essas ações demonstram que Martinez enfatizava o funcionamento regular do aparelho escolar como condição para a eficácia dos métodos adotados. Os resultados alcançados também serviam como instrumentos de legitimação das intervenções da inspetoria, por meio da apresentação de dados estatísticos e da homogeneização do ensino.

Para a coleta desses dados, as escolas registravam matrículas, frequência, funcionamento das instituições e produções diárias dos alunos, que eram analisadas pelos subinspetores. Martinez descreve esse processo ao afirmar que a coleta sistemática dos trabalhos escolares permitia avaliar o progresso dos alunos e a

competência dos professores, além de identificar falhas no ensino e orientar intervenções técnicas (Paraná, 1920).

Recommendei e exigi que sejam colleccionados os trabalhos tanto nos grupos como nas escolas isoladas e essa medida vae já produzindo excellentes fructos. Alem de ser uma exposição do trabalho diario da classe, atesta o funcionamento da escola e prova, pelo progresso que os alumnos apresentam, a competencia e o esforço do professor. Tem ainda a virtude de fazer notar as falhas do ensino, podendo a autoridade escolar technica intervir e apontar o caminho certo a seguir (Paraná, 1920, p. 10).

Nesse contexto, o trabalho docente encontrava-se submetido à vigilância constante, de modo a atender às exigências da inspetoria. Para Martinez, as exposições anuais dos trabalhos escolares demonstravam a capacidade produtiva de cada instituição, configurando-se como elemento central da eficiência do ensino (Paraná, 1920).

A reforma conduzida por Martinez fundamentou-se na racionalização e na aplicação de princípios científicos à instrução pública. Conforme Farias (2021), o inspetor buscou conferir organicidade ao sistema educacional paranaense por meio da coleta e da análise de dados estatísticos, com vistas à padronização e à homogeneização do ensino. Essa ênfase na dimensão administrativa visava demonstrar a eficiência da educação pública como parte integrante do projeto nacional de industrialização e urbanização, em consonância com as demandas da capital.

A análise dos relatórios dos inspetores gerais de ensino evidencia como as reformas educacionais implementadas durante a gestão de César Prieto Martinez se estruturaram a partir de princípios de racionalização, padronização e controle administrativo, alinhados ao projeto de modernização do Estado. Contudo, tais medidas não se desenvolveram sem contestação. As transformações no aparelho escolar, ao impactarem diretamente o trabalho docente, os recursos públicos e a organização do ensino, suscitaram críticas e disputas no espaço público. Nesse sentido, a próxima seção examina o papel da imprensa, em especial do jornal *Gazeta do Povo*, na formulação e divulgação de críticas à gestão de Martinez, buscando compreender os embates políticos e ideológicos em torno das reformas educacionais no Paraná.

5 AS CRÍTICAS DA GAZETA DO POVO À GESTÃO DE PRIETO MARTINEZ

A gestão de César Prieto Martinez foi alvo de críticas, uma vez que as reformas implementadas impactaram diretamente o trabalho docente, a organização das escolas e a vida da comunidade escolar. Nesse contexto, a imprensa assumiu papel central no debate público, sobretudo o jornal *Gazeta do Povo*, que se apresentava como porta-voz da população e abordava temas considerados polêmicos relacionados à administração da instrução pública.

Entretanto, o jornal não atuava apenas como expressão espontânea das demandas sociais. Conforme analisam Silva, Machado e Schelbauer (2024):

[...] gerava, no seio das disputas pela hegemonia da sociedade, o convencimento e a adesão a suas ideias, objetivando realizar alterações na plataforma política que se manifestava. Tratava-se mais de um projeto político de comando e direcionamento do aparelho escolar paranaense do que, realmente, de uma preocupação pedagógica (Silva; Machado; Schelbauer, 2024, p. 10).

Nesse sentido, as críticas veiculadas configuravam-se mais como parte de um projeto político de direcionamento do aparelho escolar paranaense do que como uma preocupação estritamente pedagógica.

Entre os principais pontos de contestação presentes nas matérias do jornal destacavam-se as críticas aos gastos considerados excessivos, como a aquisição de mobiliário escolar, a substituição de livros didáticos e a adoção de uniformes. A uniformização dos métodos e dos compêndios foi objeto de questionamento, pois, segundo publicação de 1921, as constantes alterações teriam provocado confusão no ensino e elevado os custos da instrução pública (Silva; Machado; Schelbauer, 2024).

No âmbito administrativo, o recenseamento escolar também gerou controvérsias e foi utilizado pelo jornal como instrumento para desacreditar a atuação do inspetor junto ao governo estadual. Contudo, Martinez recorria aos dados do recenseamento para demonstrar a eficiência de suas intervenções. O próprio recenseamento federal esclareceu publicamente que o levantamento foi realizado em conjunto com os professores, fato já mencionado nos relatórios de inspeção, nos quais se defendia a coleta sistemática de dados como base para a formulação das medidas adotadas. No

tópico “Recenseamento Escolar”, do relatório de 1920, podemos observar que Martinez agradece o trabalho realizado em conjunto e a importância desse meio de contribuição:

Aproveitando o serviço nacional de recenseamento e a boa vontade do Dr. Delegado neste Estado, a Inspectoria do Ensino conseguiu fazer o recenseamento escolar de todos os districtos judiciaes sem despesa, a não ser com o material necessario.

São dignos de louvor os inspectores districtaes e, sobretudo, os professores que tiveram a seu cargo esse serviço, pois sem prejuizo das aulas, cooperaram de modo brilhante para que fosse realizado um serviço de tão grande valor.

O recenseamento escolar de 1920 nos guiará para melhor localisarmos e distribuirmos as escolas (Paraná, 1920, p. 25 e 26).

Em outro momento do relatório de 1920, o inspetor aborda sobre a coleta das matrículas, em que as escolas deveriam registrar no “livro de registro geral dos professores”. Desse modo, seria mais prático para supervisionar os estabelecimentos e “tomar as providencias requeridas” (Paraná, 1920, p. 8).

Assim, podemos observar que as medidas de Martinez se sustentavam nos relatórios estatísticos, e os investimentos deveriam estar de acordo com as necessidades apontadas pelo inspetor. Mesmo com a imprensa questionando o levantamento de dados e os gastos realizados por Martinez, ele persistia com o discurso de que o verdadeiro problema da instrução não era a falta de obrigatoriedade do ensino, nem a falta de dinheiro, mas sim o mau funcionamento do aparelho escolar. Martinez fazia questão de frisar a economia e o baixo custo de suas ações, como ao realizar o recenseamento escolar “sem despesa” (Paraná, 1920, p. 26), e seu objetivo demonstrar resultados com a “economia de tempo e sem necessidade de gastos excessivos” (Paraná, 1920, p. 3).

Para o inspetor, os recursos financeiros adviriam do aumento da produção gerado por cidadãos alfabetizados, pois a instrução pública era o instrumento que levaria o país ao progresso. Dessa forma, toda a coleta de dados e o controle rigoroso tinham o objetivo de transformar a escola em uma “officina” produtiva, garantindo que a semente da instrução não fenecesse, mas gerasse os “fructos” almejados pela pátria (Paraná, 1920, p. 4).

Essa perspectiva evidencia o objetivo da instrução em atender os interesses da classe burguesa. A eficiência do aparelho escolar, ancorada na produtividade do trabalhador, funciona como um meio de legitimação da estrutura de classes presente no

Paraná. Segundo Nogueira (1993), o Estado, ao se apresentar distante e neutro, naturaliza a dominação de uma classe sobre a outra, nesse sentido, as reformas de Martinez concretizavam esse processo, pois a escola atendia à classe dominante (Palhano e Nascimento, 2024).

No que se refere ao trabalho docente, de acordo com Silva, Machado e Schelbauer (2024), matérias publicadas pela imprensa criticavam a desorganização dos horários e das disciplinas da Escola Normal e do Grupo Escolar Modelo, além da suposta ausência de orientações claras sobre os métodos de ensino. No ano de 1921, foram publicadas notícias, uma delas que chegou a ser capa da revista da *Gazeta do Povo* sobre casos de exoneração e demissão de professores que teriam deixado alunos sem aulas, como ocorrido no município de Serro Azul (Instrução Publica [...], 1921).

As remoções de professores entre diferentes localidades, como de Porto Amazonas para Irati, foram denunciadas como perseguições a docentes que não se submetiam às determinações da inspetoria. A matéria de 1922, publicada pela *Gazeta do Povo*, intitulada *Instrução Publica*, relatou que essas transferências tornavam inviável a permanência dos professores no magistério, em razão dos baixos salários e dos custos associados às mudanças (Instrução Publica XIII [...], 1922b). O próprio Martinez reconheceu, em relatório, que as transferências frequentes comprometiam o funcionamento das escolas, embora as considerasse necessárias para garantir a regularidade e a eficiência do sistema educacional (Paraná, 1920).

As despesas relacionadas à atuação dos subinspetores e suas posturas frente aos professores também foram alvo de críticas. Medidas punitivas aplicadas a docentes em casos de atraso foram classificadas pelo jornal como excessivas e desproporcionais (Instrução Publica [...], 1922a). No relatório de 1921, Martinez impõe medidas rigorosas de fiscalização e controle para professores considerados irregulares. Solicitando que os subinspetores não aceitem atestados quando o professor não der aula, sob a justificativa de supervisionar o desempenho de cada docente.

Outro ponto, era que os inspetores locais não deveriam aceitar outros mapas mensais¹⁰ senão os novos, e deveriam verificar a sua exatidão antes de passar o

¹⁰ A principal função dos mapas era fornecer dados quantitativos e detalhados sobre o funcionamento diário de cada escola, como matrículas e frequência dos alunos em cada mês. Os mapas eram encaminhados à Inspetoria Geral, onde o próprio Martinez e sua equipe os examinavam, anotavam e

atestado, a escola que não cumprisse a determinação de remessa mensal dos mapas de movimento seria considerada abandonada (Paraná, 1921). Sendo assim, as medidas tomadas por Martinez demonstram a pressão administrativa sobre o trabalho docente.

Além disso, a imprensa em *Escolas particulares fechadas e ameaçadas de fechar*, denunciou que subinspetores sob o mandato de Martinez, estariam intimando o fechamento de escolas particulares sob a justificativa de que a escola pública seria capaz de suprir a demanda educacional. Tal iniciativa foi interpretada, sobretudo pela elite, como um ataque à liberdade de ensino e à autonomia das instituições privadas (Escolas Particulares [...], 1923).

As Caixas Escolares, apresentadas por Martinez como instrumentos de apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade, também foram alvo de críticas. Segundo o inspetor, essas instituições arrecadavam recursos destinados à compra de roupas, calçados, alimentação escolar, atendimento médico e medicamentos (Paraná, 1924). A *Gazeta do Povo*, no entanto, questionou a finalidade dos financiamentos e criticou a participação de crianças na venda de bilhetes para arrecadação de fundos, acusando a inspetoria de transformar-se em uma “empresa de variedades” (Silva; Machado; Schelbauer, 2024).

Apesar das críticas, Martinez interpretava as manifestações da imprensa como indícios da efetividade de seu trabalho. Para o inspetor, as contestações evidenciavam a implementação de medidas que alteravam estruturas consolidadas e, portanto, geravam resistência. Em sua perspectiva, as ações desenvolvidas pela inspetoria encontravam-se alinhadas aos interesses coletivos e às diretrizes governamentais, assegurando que o aparelho escolar paranaense se adequasse aos modelos considerados necessários para o progresso do estado.

Dessa forma, as críticas veiculadas pela *Gazeta do Povo* à gestão de César Prieto Martinez revelam que as reformas educacionais implementadas no Paraná entre 1920 e 1924 constituíram um campo de disputas políticas e ideológicas. Ao mesmo

conferiam. A remessa mensal dos mapas com a sua exatidão verificada servia para que o professor recebesse o atestado de exercício e, conseqüentemente, o seu pagamento. Recusar o atestado era o principal mecanismo de pressão para garantir o trabalho.

tempo em que a inspetoria buscava legitimar suas ações por meio do discurso da eficiência, da modernização e do progresso, a imprensa expunha tensões relacionadas aos custos, ao controle do trabalho docente e à padronização do ensino. Esse embate evidencia que a reorganização da instrução pública não se deu de maneira consensual, mas refletiu interesses distintos e projetos divergentes de sociedade e de educação no contexto da Primeira República.

6 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, que se propôs a analisar a reforma educacional conduzida por César Prieto Martinez no Paraná entre 1920 e 1924, demonstrou-se que suas intervenções, justificadas pelo combate ao analfabetismo e à ineficiência do ensino, atenderam prioritariamente aos interesses da classe dominante. A universalização da educação não se concretizou, em razão da escassez de investimentos e das contradições estruturais que marcaram o período. Inserida no projeto de modernização do Estado e alinhada ao desenvolvimento do capitalismo, a instrução pública passou a enfatizar a disciplina, a moral e o respeito às hierarquias, com o objetivo de preparar indivíduos para o trabalho industrial (Machado; Silva; Schelbauer, 2024).

Nesse sentido, Martinez atuou como um intelectual orgânico a serviço desses interesses, ao aplicar à escola uma lógica racionalizadora por meio da criação e da reformulação das Escolas Normais, voltadas à profissionalização do magistério, bem como da implementação de medidas de padronização, como o recenseamento escolar e a uniformização de métodos e materiais didáticos.

Portanto, esta pesquisa contribui para a historiografia da educação no Paraná ao analisar a gestão de César Prieto Martinez no período de 1920 a 1924 como produto de um contexto histórico específico. Apesar das limitações impostas pelo recorte temporal e pelo cronograma de pesquisa, buscou-se realizar uma análise crítica das reformas educacionais, evidenciando como o projeto educacional, sustentado pelo discurso do progresso e do combate ao analfabetismo, consolidou uma perspectiva hegemônica alinhada aos interesses da classe dominante e às demandas do capitalismo em

processo de consolidação. Tal análise permite compreender as tensões políticas e sociais que atravessaram a reorganização da instrução pública.

Desse modo, o estudo possibilita identificar mecanismos de controle e disputas ideológicas presentes no passado, contribuindo para a reflexão sobre os desafios educacionais contemporâneos. Torna-se, assim, necessária a continuidade das investigações acerca das políticas educacionais que deram prosseguimento a esse projeto de hegemonização do aparelho escolar.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Lysimaco Ferreira da Costa e o ensino secundário brasileiro. **História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 26, p. 165-189, set./dez. 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

A REPÚBLICA. Remodelação do nosso ensino público vae ser feita. Edição 60 de 11 de março de 1920, Paraná. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/35302>

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

CARAÇATO, Viviane de Oliveira Berloff. **Educar e modelar: a relação entre higienismo e educação nas propostas de modernização do Paraná Republicano (1890-1920)**. 2025. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2025.

CURY, C. R. J. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: PUCSP, 1986.

FARIAS, C. S. Para colher é preciso semear: um estudo da trajetória de César Prieto Martinez e sua atuação como inspetor geral do ensino no Paraná (1920-1924). Curitiba, 2021.

INSTRUCÇÃO PUBLICA – em Serro Azul, havendo 4.000 creanças em idade escolar, só 68 recebem instrução. Gazeta do Povo, n. 776, p. 1, Curitiba, 20 ago. 1921.

INSTRUCÇÃO PUBLICA (MARTINICES) VIII. Gazeta do Povo, Curitiba, n. 959, p. 3, 18 mar. 1922a.

INSTRUÇÃO PÚBLICA XIII. **Gazeta do Povo**, Curitiba, n. 1042, p. 2, 23 jun. 1922b.

LEGRIS, W. S. **João Lourenço Rodrigues: O que não envelheceu**. Blog do Instituto de Educação Caetano de Campos. Não paginado, 2015. Disponível em: <https://ieccmemorias.wordpress.com/2012/08/15/joao-lourenco-rodrigues-o-que-nao-envelheceu/>. Acesso em: 13 de dez. 2025

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A Instrução Pública No Estado Do Paraná Republicano**: (des) continuidades da legislação educacional (1890-1913). Maringá, 2015.

MACHADO, M. C; ZANELATO, I. A; BISTAFFA, V. M; ARO, R. M. A Instrução Pública no Paraná no Contexto Republicano (1900-1920): Uma Retomada do Debate Educacional. **Educere** – Revista da Educação da UNIPAR, Umuarama, v. 24, n. 3, p. 16-32, 2024.

MARTINS, Lígia Márcia, LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista [online]**. 2018, v. 34, n. 71 pp. 223-239. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>>. Acesso em: 27 de mai. 2024.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIGUEL, M. E. B. A reforma da escola nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (org.). Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Editora da EDUFU, 2011. p. 121-137.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MORENO, J. C. Inventando a escola. Inventando a Nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais-PR**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004

NOGUEIRA, A.M. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PALHANO, I. C. Cesar Prieto Martinez: o percurso da educação escolar e a modernização (1920- 1924). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e23580, p. 1-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.23580.104>

SILVA, N. C. **Imprensa, intelectuais e os discursos acerca da Educação no jornal Diário da Tarde (Paraná, década de 1920)**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SILVA, Daniele Hungaro da; MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Método de Ensino Intuitivo e a política educacional de Benjamin Constant. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 198-211, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/836/335>. Acesso em: 04 dez. 2025

SILVA, J. R. S. da; MACHADO, M. C. G.; SCHELBAUER, A. R. Cesar Prieto Martinez e a reforma educacional paranaense debatida na Gazeta do Povo: organização/uniformização do aparelho escolar e a formação de professores (1920-1924). **Práxis Educativa**, v. 19, p. 1–24, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/24061>. Acesso em: 19 maio. 2025

SUBTIL, M. J. D. Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez (1924-1996): caminhos e descaminhos de uma escola de formação de professores. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e23518, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>